

DICIONÁRIO DE HISTÓRIA EMPRESARIAL PORTUGUESA

Séculos XIX e XX

VOLUME II
SEGURADORAS

COORDENAÇÃO
Miguel Figueira de Faria
José Amado Mendes


UNIVERSIDADE
AUTÓNOMA
DE LISBOA


IMPRESA NACIONAL CASA DA MOEDA

ÍNDICE DAS SEGURADORAS

Alentejo (O), Companhia de Seguros (1918-1978)	
Hélder Adegar Fonseca e Paulo Eduardo Guimarães	33
Aliança Madeirense (1891-1975) Duarte Manuel Freitas	35
Aliança Seguradora (1922-1931) Marta Guilherme Cruz	40
Aliança Seguradora (1979-1995) Marta Guilherme Cruz	43
Atlas, Companhia de Seguros (1918-1979) Clarisse Mendes	49
Banco de Seguros (1918-1924) Duarte Manuel Freitas	56
Banco Previdente Segurador, Companhia de Seguros (1919-1922)	
Marta Guilherme Cruz	60
Câmara Resseguradora Portuguesa (1942-1979) Nuno Guilherme Cruz	62
Casa dos Seguros de Lisboa (1758-1833) Pedro Freire	68
Coimbra de Seguros (1919-1925) Duarte Manuel Freitas	72
Comércio e Indústria (1907-1979) Maria Eugénia Neves	73
Companhia de Resseguros Equador (1922-1946) Nuno Guilherme Cruz	77
Companhia de Seguros A Comercial (1891-1923)	
Marta Guilherme Cruz e Nuno Guilherme Cruz	82
Companhia de Seguros A Paz (1918-1926) Pedro Freire	85
Companhia de Seguros Açoreana (1892-)	
Marta Guilherme Cruz e Nuno Guilherme Cruz	86
Companhia de Seguros Algarve (1918-1922) Artur Barracosa Mendonça	93
Companhia de Seguros Argus (1907-1979) Ana Margarida Cruz	95
Companhia de Seguros Boa Fé (1808-1850?) Pedro Freire	98
Companhia de Seguros Bom Conceito (1797-1804) Pedro Freire	99
Companhia de Seguros Bonança (1808-2000) Nuno Guilherme Cruz	100
Companhia de Seguros Conceito Público (1808-?) Pedro Freire	107
Companhia de Seguros Confiança Portuense (1875-1925) Pedro Freire	108
Companhia de Seguros Douro (1925-1979) Pedro Freire	109
Companhia de Seguros Europeia (1922-2002) Nuno Guilherme Cruz	113
Companhia de Seguros Fidelidade (1835-2002) Nuno Guilherme Cruz	119
Companhia de Seguros Fraternidade (1897-1924) Artur Barracosa Mendonça	126
Companhia de Seguros Garantia (1853-1994) Pedro Freire	128
Companhia de Seguros Império (1942-) Ana Margarida Cruz	133
Companhia de Seguros Indemnidade (1810-1820?) Pedro Freire	136
Companhia de Seguros Indemnizadora (1871-1925) Pedro Freire	138
Companhia de Seguros Lisboa ou Lísia (1819?-1835) Pedro Freire	140
Companhia de Seguros Mondego (1918-1922) Duarte Manuel Freitas	141
Companhia de Seguros Nauticus (1943-1977) Pedro Freire	142

ALENTEJO (O), COMPANHIA DE SEGUROS (1918-1978)

Esta Companhia de Seguros, sediada inicialmente em Elvas, foi constituída a 18 de novembro de 1918 com um capital social nominal de 800 contos. A empresa arrancou com 10% desse capital, contando com delegações em Lisboa, no Porto, na Madeira, nos Açores e em Espanha. Durante o primeiro ano de atividade, as apólices no ramo «Transportes marítimos» representaram cerca de 75% das receitas, e as relativas aos ramos «Incêndio», «Agrícola» e «Granizo» 21%. Os seguros relativos a «roubo, greves e tumultos» e «acidentes de trabalho» cobriam a quase totalidade da parte restante das receitas. Esta relação foi significativamente alterada no final da guerra, graças ao grande desenvolvimento dado aos ramos «Incêndio» e «Agrícola» (151 contos de prémios cobrados em 1920 contra 133 no ramo «Transportes») e «Acidentes de trabalho», o que permitiu à direção declarar a Companhia num «estado florescente» (*Relatório e Contas*, 1920). Porém, a falta de capitais próprios obrigou-a a suspender a delegação em Madrid e a recorrer frequentemente aos resseguros, seguindo a direção uma linha de atuação marcada pela prudência. Em 1921, a Companhia aderiu ao consórcio agrícola, expandiu-se ainda para o Algarve e mantinha uma rede de correspondentes dispersa pelo País. Os ramos «Agrícola» e «Incêndio» representavam agora cerca de 51% das receitas, seguido dos «Acidentes de trabalho» (16%) e «Transportes» (10%). A importância do seguro agrícola iria crescer ainda mais nos anos seguintes, a par das receitas. O estado de prosperidade da Companhia levaria a direção a projetar, em 1923, a criação duma caixa de pensões e reformas dos seus empregados «como legítima compensação pelo seu aturado esforço» (*Relatório e Contas*, 1923).

Com a promulgação do Decreto n.º 17 555, de 5 de novembro de 1929, a direção foi obrigada a proceder a chamadas sucessivas do capital acionista. O processo foi lento. Em 1932, a empresa dispunha apenas de 359 contos de capital e, cinco anos depois, 446 contos. Teremos de esperar até 1942 para a vermos ultrapassar o milhar de contos em capitais próprios. A evolução interna da empresa, que já em 1930 se definia a si própria como «uma modesta empresa regional», explica-o. Efetivamente, a partir de meados da década de 1920, O Alentejo revela cada vez maior dificuldade em aumentar a sua produção e o ramo do seguro «Agrícola» regride sensivelmente a partir da década seguinte. Em 1923, a Companhia atingia mais de 1000 contos de receitas de prémios de seguros mas, em 1928, não ultrapassava os 786 contos. O seu desempenho nos seguros diretos agravar-se-ia ainda mais na década seguinte: 370 contos em 1930, 352 em 1939. Em 1936, quando foi autorizada a alargar as suas operações para o ramo «Automóvel» (portaria de 16 de novembro desse ano, publicada no *Diário do Governo*, 2.ª série, n.º 279, de 27 de novembro de 1936), as receitas dos prémios dos seguros agrícola e pecuário pouco ultrapassavam os 91 contos e os de acidente de trabalho não chegavam aos 117 contos. A perda de mercado começa por ser explicada pela «baixa de taxas que a feroz concorrência estabeleceu, tornando pouco menos de ruinoso o ramo agrícola» (*Relatório e Contas*, 1930). A empresa veio assim a beneficiar da uniformização das tarifas em todos os ramos, imposta pelo Grémio dos Seguradores em 1936. Ainda assim, as direções deparavam-se com o problema do pagamento tardio dos prémios por parte dos segurados, com a crescente redução do movi-